

RESENHA



O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil.

Organizado por André BOTELHO, Elide Rugai BATISTA e Gláucia VILLAS BOAS. Editora Topbooks. 411 ps.

A época do desenvolvimento*

Isabel Lustosa**

Livro que certamente fará longa carreira em nossos cursos de Sociologia, esta coletânea é subsidiária da tradição de estudos apresentados anualmente nos encontros da ANPOCS, no GT de Pensamento Social no Brasil, ao qual seus organizadores e boa parte dos autores são ligados. Os textos reunidos aqui representam uma importante releitura da sociologia brasileira em seu momento fundador – pois, foi realmente a partir dos anos 1950 que a disciplina ganhou forma e prestígio – e nos anos que se seguiram, quando essa área do conhecimento teve grande influência nos destinos do Brasil.

A tradicional busca de explicações para o nosso atraso, que, na década de 1920, se concentrava em aspectos como raça, território, clima etc. foi retomada nos anos 1950 a partir de novos paradigmas. Pois, se vivíamos em um contexto de

.....
* Publicado no Caderno Prosa & Verso, Jornal *O Globo*, em 28 de março de 2009.

** Historiadora, sócia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pesquisadora da Fundação Casa Rui Barbosa. Endereço postal: FCRB, Rua São Clemente 134, Botafogo, Rio de Janeiro, CEP: 22260000. Endereço eletrônico: ilustosa@rb.gov.br

urbanização e industrialização, em uma ordem democrática, secularizada e competitiva porque essa nova realidade, ao invés de resolver, reiterava a exclusão social, a pobreza e as disparidades regionais? A Sociologia, suas teorias e métodos, forneceram o instrumental para enfrentar essas questões. Um dos fóruns onde elas foram mais debatidas foi o curso de Sociologia USP, onde a disciplina se institucionalizara sob a orientação de Florestan Fernandes.

Segundo Milton Lahuerta, a tradição uspiana de associar pesquisa e ensino que, só a partir daí, se aplicaria a outras universidades brasileiras, propiciou um maior investimento no rigor teórico e metodológico preconizado pelo sociólogo paulista. A guinada marxista de seus alunos, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, José Artur Giannotti e Leôncio Martins Rodrigues que se reuniram no grupo de leitura de *O Capital*, resultou na proposição de um marxismo cuja ênfase não estava na articulação entre teoria e prática. Desta maneira, se contrapuseram à tradição que vinha se firmando no Brasil de um marxismo que não se pautava pela obra maior de Marx e que preteria o estudo do capitalismo em favor do tema do colonialismo.

A ênfase em uma sociologia restrita ao ambiente acadêmico também os distinguiu do grupo que, no Rio de Janeiro e liderado por Álvaro Vieira Pinto – tema do artigo de Norma Côrtes – fundara o ISEB. Na então capital do país, era impossível à *intelligentzia* se manter à margem do debate e da ação política. Essa centralidade também aproximaria os isebianos da CEPAL, organismo formulador de teorias para toda a América Latina. Foi neste contexto que ganhou corpo e conteúdo o grande tema daquela década e das duas que se lhe seguiram: o subdesenvolvimento dos países do Terceiro Mundo.

Os anos 1950 assistiram à confirmação da tendência de se pensar o problema brasileiro a partir da economia. Linha que teve como precursores Roberto Simonsen e Caio Prado Jr., mas que, a partir de então, foi totalmente dominada por Celso Furtado – tema do artigo de Vera Cepêda – e suas teses sobre planejamento, desenvolvimento e subdesenvolvimento. Este último seria, na visão de Furtado, fruto da aceitação acrítica pelos países periféricos das teses sobre os automatismos do livre mercado e efeito natural da lógica do sistema capitalista.

No Brasil, essas condições seriam acentuadas, entre outros fatores, pela predominância do latifúndio e da economia agro-exportadora, baseada na monocultura, setor que mais perdia durante as crises mundiais. Ao mesmo tempo, ao descuidar-se do mercado consumidor interno, o setor era responsável direto pela escassez e pelos altos preços dos alimentos. Para reduzir o problema, Furtado propunha o estímulo à agricultura de pequena propriedade voltada para o mercado interno.

Segundo Celso Furtado, caberia ao Estado democrático orientar a atividade econômica por meio de instrumentos como tributação, políticas cambiais, subsídios e investimentos em determinados setores. Ao mesmo tempo, para garantir a dinâmica do mercado consumidor interno – base do crescimento de qualquer economia – seria preciso proteger os empregos e salários do trabalhador. Mas, para o economista, tudo isto deveria ser o produto da participação política, da organização social e da

pressão sindical. A seu ver o Estado seria o agente da transformação, mas somente a sociedade civil poderia cobrar um destino público para o crescimento econômico.

A atuação do físico brasileiro José Sergio Leite Lopes – durante 30 anos na grande imprensa – se insere na verdadeira cruzada desenvolvimentista que marcou aquela década. Em seus artigos, ciência e desenvolvimento foram associados em uma campanha de valorização da atividade científica, mostrando sua relevância para a economia. Por outro lado, com o aval da ciência, as teses desenvolvimentistas obtinham legitimidade. Seus textos, segundo André Botelho, permitem acompanhar o percurso da teoria e da prática do desenvolvimento naquele período, bem como seus efeitos, dilemas e contradições. A trajetória de suas perorações também nos mostra o tamanho da frustração que sucedeu ao fim das garantias constitucionais com o golpe de 64 e à própria dinâmica do capitalismo que inviabilizaram os projetos daquela geração.

Pois 1964 foi a reação dos setores tradicionais da vida brasileira ao processo de mudança que marcara a década de 1950. Como diz Elide Rugai, propostas aparentemente ultrapassadas continuavam a ter peso decisivo na dinâmica social e alguns autores persistiam na defesa do modelo agrarista como ideal para o Brasil. Se, na contramão do otimismo de Vieira Pinto, Furtado e Leite Lopes, o pessimismo de Faoro com a subordinação da sociedade ao Estado se acentuara entre as edições dos “Donos do Poder” de 1958 e 1975, – tema estudado por Bernardo Ricupero e Gabriela Nunes Ferreira – no mundo das belas letras e das artes, o conflito entre o velho e o novo assumia a forma de manifestações artísticas originais.

As relações do PCB com artistas e intelectuais a ele ligados, por exemplo, como o demonstra Marcelo Ridenti, foram marcadas pela ambigüidade. De um lado, o Partido lhes conferia legitimidade e prestígio, garantindo uma rede de proteção e solidariedade no Brasil e no exterior, de outro os mantinha em permanente vigilância, temendo os seus “desvios pequeno-burgueses”. No artigo de Alzira Abreu, destaque merece o papel do político mais controvertido daquela década, Carlos Lacerda, na renovação da imprensa. Ainda na imprensa, o conflito entre valores modernos e os tradicionais, são a tônica das crônicas de Nelson Rodrigues, na leitura inteligente de Marcelo Lacombe. No final da década de 1940, foi criado o ateliê do Engenho de Dentro, cujas manifestações ficaram mais conhecidas através do trabalho de Nise da Silveira. Gláucia Villas Boas, demonstra como aquele espaço teve importante papel na opção pelo Concretismo de importantes artistas brasileiros.

No artigo que encerra o livro, Gildo Marçal Brandão, junta as pontas da história e faz um balanço do processo que fez com que o nacional desenvolvimentismo perdesse a força que teve nos anos 1950. O regime militar incorporou algumas de suas propostas, anulando, no entanto, a dimensão popular e democrática que lhe era intrínseca. A redemocratização ocorreu em um quadro de fragilidade econômica em que a idéia de Estado Mínimo e de um mercado que se auto-regularia tornou-se hegemônica no Brasil. Com a escassez de emprego, pouco a pouco, os movimentos sociais perderam seu poder de pressão. Segundo Brandão, ao optar por um modelo de puro crescimento econômico, voltado apenas para a estabilidade da moeda e sem compromisso com as desigualdades sociais e os anacronismos

estruturais, essa política implicou na aceitação e no reforço do lugar que nos havia sido designado na ordem econômica mundial antes dos anos 1950.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, André; BATISTA, Elide Rugai; VILLAS BOAS, Gláucia (orgs.). *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2008. 411 p.

Recebido em 03 de abril de 2009.

Aceito para publicação em 10 de abril de 2009.

Ciência
Como a humanidade é estúpida!



J. Carlos. *Careta*. Publicado em 29/09/1945. Reprodução; *História da Caricatura no Brasil*, Herman Lima, Livraria José Olympio Editora, 1963, v. 1, p. 179.